

Wadih Damous destacou a necessidade de reduzir barreiras entre as redes pública e privada, aprimorar a gestão de informações e avaliar resultados a partir dos desfechos que importam para o cidadão

Na prática, a saúde do cidadão é uma só. Ao longo da vida, uma mesma pessoa pode utilizar serviços do SUS e da saúde suplementar, seja para vacinação, atendimento de urgência, transplantes ou outros cuidados. Essa realidade reforça a necessidade de uma atuação mais integrada, que tenha a trajetória da pessoa como referência.

O tema foi abordado pelo diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Wadih Damous, durante painel do seminário Gestão da Saúde em Transformação, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em Brasília, nesta terça-feira (25/8). O evento teve entre seus temas a integração entre os sistemas público e privado de saúde.

“A pessoa não enxerga as fronteiras institucionais entre público e privado quando precisa de cuidado. Para ele, o que importa é ter acesso, no momento certo, ao atendimento de que precisa. A regulação precisa partir dessa mesma perspectiva”, afirmou Damous.

A saúde suplementar reúne atualmente 53,1 milhões de beneficiários em planos de assistência médica. A circulação desses usuários entre as redes evidencia a inter-relação entre os sistemas. O ressarcimento ao SUS é uma das principais interfaces entre os setores: a ANS registra R\$ 12,98 bilhões em cobrança histórica, dos quais R\$ 6,06 bilhões já foram recebidos.

Para o diretor-presidente, a integração precisa ir além dos mecanismos de ressarcimento e considerar a qualidade e a continuidade do cuidado. “Ressarcir é importante, mas não é suficiente. Precisamos olhar para o conjunto da jornada da pessoa e perguntar se estamos utilizando os recursos disponíveis da melhor maneira para produzir resultados concretos em saúde.”

O diretor-presidente, Wadih Damous, durante painel do seminário Gestão da Saúde em Transformação, promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) / Foto: Apolo Salvador**Valor em saúde**

Durante o painel, Damous também destacou o conceito de valor em saúde, que relaciona os resultados clínicos relevantes para a pessoa aos recursos utilizados para alcançá-los. “Valor em saúde é, em última análise, entregar o melhor resultado possível para a pessoa, com os recursos disponíveis. Não se trata simplesmente de fazer mais procedimentos, mas de produzir melhores resultados.”

A abordagem considera os desfechos assistenciais, a experiência do cidadão, a eficiência e a equidade. Em um sistema no qual a população pode utilizar as duas redes, essa perspectiva permite avaliar os resultados do cuidado de maneira mais ampla.

Iniciativas concretas

Um dos exemplos é o programa “Agora Tem Especialistas” instituído pela Lei nº 15.233/2025, que prevê, entre seus mecanismos, a possibilidade de conversão de dívidas de planos de saúde com o SUS em prestação de serviços assistenciais na rede pública. O programa estabelece limite de R\$ 2 bilhões por ano para os créditos financeiros previstos em sua estrutura.

Para Damous, a avaliação da iniciativa deve considerar seus resultados assistenciais, como a capacidade de contribuir para a redução de filas e tempos de espera, e não apenas seus efeitos financeiros. “Precisamos tomar decisões cada vez mais baseadas em evidências. Ter critérios claros, transparentes e passíveis de aperfeiçoamento é melhor do que decidir caso a caso sem referências previamente estabelecidas.”

Outra frente está relacionada à incorporação de tecnologias. A Agenda Regulatória 2026-2028 prevê o desenvolvimento de parâmetros de custo-efetividade e impacto orçamentário para o setor suplementar, com conclusão prevista para o último trimestre de 2028.

Dados para uma regulação mais efetiva

O fortalecimento da integração também depende da qualidade das informações disponíveis. Dados assistenciais mais completos, integrados e tempestivos são necessários para acompanhar resultados, identificar problemas e qualificar a tomada de decisão.

A judicialização da saúde reforça essa necessidade. Questões relacionadas à cobertura, incorporação de tecnologias, disponibilidade de insumos, organização da rede e tempo de espera podem chegar ao Poder Judiciário e reforçam a importância de informações qualificadas para subsidiar decisões regulatórias e judiciais.

Para o diretor-presidente, uma regulação orientada por resultados depende da capacidade de transformar informações em decisões. “Se queremos falar verdadeiramente em integração, precisamos responder a três perguntas: qual resultado vamos melhorar, como os recursos serão utilizados e quem será beneficiado. No centro dessas três questões está o cidadão.”

O principal resultado da integração, portanto, deve ser percebido na experiência da pessoa e na capacidade de o sistema oferecer cuidado contínuo, eficiente e de qualidade, independentemente da rede pela qual ela entre ou saia.

Seminário Gestão da Saúde em Transformação

Realizado pela FGV, o seminário contou com três painéis. O primeiro abordou o impacto da transformação digital na tomada de decisões estratégicas e como novas tecnologias podem ampliar a eficiência; o segundo discutiu modelos de integração entre o SUS e a saúde suplementar, focado

em coordenação do cuidado, estratégias para ampliação da qualidade e sustentabilidade do sistema, governança e inovação; e o último foi dedicado à formação de lideranças no setor, com a discussão sobre a preparação de gestores que atuem em um cenário de constante inovação.

O evento reuniu gestores públicos, executivos da saúde suplementar, especialistas, pesquisadores e lideranças do setor para debater temas estratégicos relacionados à transformação digital, à integração entre os sistemas público e privado e ao desenvolvimento de lideranças capazes de conduzir organizações de saúde mais inovadoras, sustentáveis e orientadas por valor.

Fonte: [ANS](#), em 25.08.2026.